

O TERRITÓRIO USADO E O USO ATUAL DO TERRITÓRIO DO AGRESTE POTIGUAR¹

Diego Salomão Candido de Oliveira Salvador

Mestrado em Geografia na UFRN

diegolisse@yahoo.com.br

RESUMO

O conceito de território, no âmbito da Ciência Geográfica, vem sendo alvo de variadas compreensões. De Ratzel a Sack, do século XIX até meados do século XX, buscou-se compreender o território desde a ideia de posse sobre uma determinada área da superfície terrestre por um homem ou grupo de homens, até as estratégias tomadas pelos homens para afetar, influenciar e controlar outras pessoas numa dada delimitação espacial. Mais recentemente, especificamente na década de 1990, o geógrafo brasileiro Milton Santos formulou a concepção do território usado, que é considerado como sinônimo de espaço habitado, construído e reconstruído pelos homens, por meio de suas ações e relações. Para esse geógrafo, o território por si só não interessa às abordagens geográficas, constituindo-se em mera forma. O que interessa de fato à Geografia é o conteúdo do território, ou seja, o processo histórico de uso do território pelos homens, que revela os diferentes interesses dos diversos agentes sociais que atuam nesse uso. Seguindo essa concepção, procura-se no presente trabalho tecer breves reflexões sobre o conceito de território usado, atentando-se para o uso atual do território do Agreste Potiguar. Após a realização dessas reflexões, conclui-se que, no contexto atual, denominado por muitos de globalização, o território vem sendo usado de acordo com a lógica capitalista, que é geradora de desigualdades, contradições e combinações. Dentro dessa lógica, há agentes hegemônicos que se utilizam de suas forças para usar o território tomando como mero fundamento os seus próprios anseios, negligenciando as precárias situações de vida em que se encontram a maioria da sociedade. Para a consecução do trabalho recorreu-se à realização de pesquisa bibliográfica e empírica. A primeira consistiu na busca e na leitura de livros e textos que nos ajudassem a desenvolver as reflexões postas em tela acerca do território na perspectiva do seu uso. E a segunda consistiu em observações que fizemos no território do Agreste Potiguar, a fim de buscarmos compreender melhor o uso que vem sendo feito desse território.

Palavras-chave: Território usado. Uso do território. Agreste Potiguar.

¹ Este trabalho é decorrente de discussões que foram realizadas na disciplina “Teoria Geográfica”, cursada no Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no semestre 2008.1.

THE TERRITORY USED AND THE CURRENT USE OF TERRITORY OF AGRESTE POTIGUAR

ABSTRACT

The concept of territory within the Geographic Science, has been the target of various viewpoints. Since Ratzel until Sack of the nineteenth century until the middle of the twentieth century, sought to understand the territory since the idea of ownership over a given area of land by a man or group of men, until the strategies adopted by men to affect, influence and control other people in a given spatial delimitation. More recently, specifically in the 1990s, the Brazilian geographer Milton Santos made the design of the territory used, which is regarded as a synonym for living space, built and rebuilt by men, through their actions and relationships. To this geographer, the territory itself inapplicable to geographical approaches and is a mere form. What matters to geography is in fact the content of the territory, the historical process of use of territory by men, which shows the different interests of various social agents that operate in use. Following this design, we in this work make a brief reflection on the concept of territory use, looking for the current use of the territory of Agreste Potiguar. After the completion of these discussions, it appears that in the current context, called by many of globalization, the territory has been used according to capitalist logic, which generates inequalities, contradictions and combinations. Within this logic, there are hegemonic agents that are used for forces to use its territory as a mere plea taking their own desires, ignoring the precarious conditions of life in which the majority of society. To achieve the work appealed to the conduct of research in the literature and empirical. The first was the search and the reading of books and texts that could help us to develop the ideas put on display in the territory in view of their use. The second consisted of observations that we made in the Agreste Potiguar to seek a better understanding of the use being made of this territory.

Keywords: Territory used. Use the territory. Agreste Potiguar.

O TERRITÓRIO USADO E O USO ATUAL DO TERRITÓRIO DO AGRESTE POTIGUAR

PALAVRAS INICIAIS

O conceito de território, no âmbito da Ciência Geográfica, vem sendo alvo de variadas compreensões. Para Ratzel (1990), cujas ideias datam originalmente do século XIX, o território seria ancorado na ideia de posse, podendo ser definido como uma determinada porção da superfície terrestre que é apropriada por um grupo humano. Desse modo, o território é posto como um espaço que alguém ou algum grupo possui, detém posse e, assim, lhe atribui identidade. Já Raffestin (1993), na tentativa de apreender esse conceito, procura diferenciar espaço e território, considerando o espaço como sendo anterior ao território, preexistindo a qualquer ação, sendo, dessa maneira, uma matéria-prima. Já o território seria um espaço em que se projetou um trabalho humano, transformando a matéria-prima. Nessa perspectiva, o espaço seria o palco da vida, a prisão original. O território seria a prisão construída pelos homens, por meio de relações de poder. Além dessas abordagens, destacamos também a de Sack (1986), o qual, seguindo o exemplo de Raffestin, procura diferenciar um simples lugar de um território. Segundo ele, os territórios, diferentemente dos simples lugares, exigem esforço constante para estabelecer e manter controle sobre os mesmos, constituindo-se em resultados de estratégias tomadas para afetar, influenciar e controlar pessoas, fenômenos e relações. O território, sob esse ponto de vista, seria utilizado para conter, restringir e excluir.

Outra proposta, mais recente, de entendimento do conceito de território vem ganhando força na Ciência Geográfica, sobretudo nos trabalhos desenvolvidos no Brasil. Essa proposta, formulada por Santos (1996), considera o território como um sinônimo do espaço geográfico, sendo este compreendido como uma instância da sociedade (Id., 1999). Desse modo, dizemos que o território por si próprio não é interessante para as análises geográficas, mas sim o uso que se faz dele. Sendo assim, Santos (1996) defende que ao atentarmos para o uso do território poderemos desvendar os diferentes interesses dos diversos agentes sociais que, relacionando-se entre si, atuam na formação dos territórios.

Sob essa perspectiva, o território é tido como social, isto é, guardando em si as marcas do trabalho humano, das relações de poder dos homens entre si e com o meio circundante. Além disso, o território usado também revela as ações estatais que são postas em tela em diferentes contextos, privilegiando, geralmente, os interesses das classes hegemônicas.

Dessa maneira, afirmamos que o presente trabalho tem por objetivo tecer breves reflexões sobre o conceito de território usado, atentando-se para o uso atual do território do Agreste Potiguar. Assim, temos o escopo de responder basicamente a duas indagações: como vem sendo considerado o conceito de território na perspectiva do seu uso, seguindo as concepções do geógrafo Milton Santos? Como vem ocorrendo o uso atual do território do Agreste Potiguar?

As considerações que aqui são tecidas sobre o espaço geográfico e o território usado fundamentam-se nas concepções de Santos (2007, 2004, 1999, 1997a, 1997b, 1996, 1988, 1979) e de Santos e Silveira (2001). De acordo com essas concepções, o território usado é sinônimo de espaço humano, isto é, de espaço habitado. Desse modo, para buscarmos compreender esse conceito, devemos traçar algumas reflexões sobre o espaço geográfico, entendendo-o como uma instância social.

Para a consecução do trabalho recorreremos à realização de pesquisa bibliográfica e empírica. A primeira consistiu na busca e na leitura de livros e textos que nos ajudassem a desenvolver as reflexões postas em tela acerca do espaço geográfico e do território na perspectiva do seu uso. Já a pesquisa empírica consistiu em observações que fizemos no território do Agreste Potiguar, a fim de buscarmos compreender melhor o uso que vem sendo feito desse território.

Sendo assim, afirmamos que o trabalho segue estruturado em duas partes: na primeira, são colocadas em tela algumas reflexões sobre o espaço geográfico, com o intuito de buscarmos compreender o conceito de território usado; e, na segunda, são trazidas à tona breves considerações sobre o uso do território do Agreste Potiguar².

O ESPAÇO GEOGRÁFICO E O TERRITÓRIO USADO

Para compreender o território tomando como alicerce as concepções de Milton Santos é preciso considerar as abordagens desse autor sobre o espaço geográfico. Isso devido a ele afirmar que o território usado é sinônimo de espaço habitado. A grosso modo, podemos dizer que, segundo o pensamento desse geógrafo, o espaço geográfico é uma instância social, assim como a instância econômica, cultural, política, dentre outras. Para a Geografia essa instância (o espaço) é sumamente importante, pois se constitui no seu objeto de estudo. É o estudo do espaço, lastreado por um método, que dá o caráter científico à Geografia. Segundo as concepções miltonianas, o estudo do espaço transformado pelos homens, por meio de suas relações e ações, consiste no estudo de categorias do espaço geográfico, a saber: o território, o lugar, a região, a paisagem. No tocante ao território, o referido geógrafo brasileiro defende que se deve considerá-lo por meio de seu uso, isto é, por meio das ações e relações humanas. Assim, vemos que é no mínimo arriscado tecer abordagens sobre o território usado negligenciando-se o espaço geográfico. Desse modo, colocamos em baila, inicialmente, reflexões sobre este para que assim possamos, posteriormente, compreender aquele.

O espaço geográfico: palco ou instância?

O espaço vem sendo considerado, de acordo com Santos (2004), no âmbito da ciência geográfica, como um simples teatro das ações humanas, isto é, uma tela de fundo onde os

² Refletimos sobre o Agreste Potiguar devido a esse território constituir-se no recorte empírico do estudo dissertativo que estamos desencadeando no Mestrado em Geografia da UFRN. Esse estudo tem como objeto construído o seguinte: a dinâmica da atividade mandioqueira e o uso pretérito e atual do território do Agreste Potiguar.

relacionamentos e as ações sociais são escritos à vontade³. O espaço entendido dessa maneira pode ser tido como sinônimo de solo, estando dissociado dos homens. Todavia, Santos (Ibid.) nos ensina que o espaço geográfico não é um quadro neutro, vazio, ou seja, o palco onde os homens se reproduzem. Isso também é defendido por Lefebvre (2000, pp. 05-06), quando escreve que o espaço é um produto social, mas que não pode ser concebido como um simples produto que não intervém nas relações de produção:

O espaço não pode mais ser concebido como passivo, vazio, ou então, como os *produtos*, não tendo outro sentido senão o de ser trocado, o de ser consumido, o de desaparecer. Enquanto produto, por interação ou retroação, o espaço intervém na própria produção: organização do trabalho produtivo, transportes, fluxos de matérias-primas e de energias, redes de repartição de produtos. À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor [...] (destaque do autor).

Da mesma maneira, Santos (2004), seguindo algumas concepções durkheimianas, afirma que o espaço pode ser compreendido como um fato social, isto é, uma realidade objetiva, um resultado histórico das determinações humanas que se impõem aos indivíduos. Admitir que o espaço seja um fato social é recusar a sua existência e interpretação fora das relações sociais; é considerá-lo como produto e produtor, determinado e determinante.

Com isso, defendemos que o espaço é matéria trabalhada, é objeto social que tem certo domínio sobre o homem, estando presente no cotidiano dos indivíduos (Ibid.). Toda prática humana, que é o elemento fundamental de transformação da natureza, ocorre em um dado espaço (Id., 1979). Por isso, não podemos dizer que as ações humanas sejam totalmente desprendidas das imposições espaciais. O espaço é sim importante para a vida dos homens.

É difícil conceber o espaço sem levar em consideração a dimensão temporal. Ele não é inocente, pois está estritamente relacionado à reprodução social, que se dá historicamente (Id., 2004, 1999). Em função disso, Santos (2004) diz que o espaço é um testemunho de diferentes momentos, os quais são marcados por modos de produção. A realização concreta desses modos de produção tem o espaço como uma condição. Diante disso, Santos (2004, 1979) explicita que o espaço geográfico não vem sendo considerado como uma instância social, mesmo nos estudos que entendem a sociedade como um sistema e/ou uma estrutura.

O espaço é perpassado por algumas características que possibilitam que ele seja considerado como uma instância da sociedade (Id., 2004): ele tende a reproduzir-se; sendo organizado pelos homens, torna-se uma estrutura subordinada e subordinante; e, embora submetido à totalidade, dispõe de certa autonomia, que é expressa por leis próprias e específicas de sua evolução.

Para a formulação da concepção de espaço como uma instância social, Santos (2004) toma como um de seus fundamentos a ideia de prático-inerte de Sartre (1978), de que os homens,

³ Como exemplo de trabalhos geográficos que consideram o espaço como um palco das ações humanas, podemos citar o de Ratzel (1990) e o de Raffestin (1993).

numa questão de escolha livre, porém, “situada”, determinam sua própria existência. Dessa maneira, o espaço é considerado nas concepções miltonianas como sendo capaz de agir e reagir sobre as demais estruturas da sociedade. A implementação de novas determinações sociais ou de novos modos de produção não pode ignorar as condições espaciais já existentes, as quais, nas palavras de Sartre, “situam” as escolhas humanas. Seguindo esse raciocínio, podemos, de certa forma, utilizarmos-nos do ensinamento de Marx (2003b) de que os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade. A história dos homens é influenciada por fatos já construídos e que são legados no tempo.

Não podemos, em hipótese alguma, compreender o espaço como instância social dependente ou ligada unicamente à instância econômica. Há outras instâncias, como a política e a cultural, que são também importantes para que se apreendam as diferentes realidades espaciais (SANTOS, 2004, 1979).

Por fim, destacamos que o espaço não é uma instância social como todas as outras. Ele é marcado por relações, operações e representações, sendo decorrente de ações passadas e presentes. O espaço é humano, social. Não se concebe a dissociação entre espaço-homem.

Portanto, afirmamos que o espaço não é o simples palco das atividades humanas, mas sim uma instância da sociedade, sendo produto das ações dos homens, mas também influenciador dessas ações a partir dos fatos já materializados historicamente. Com isso, vale refletir agora sobre as categorias estrutura, processo, função e forma, apontadas por Santos (1997b) como sendo destinadas à realização de análises do espaço geográfico.

Estrutura, processo, forma e função: categorias para análises do espaço

Sendo considerado uma instância social, podemos afirmar que o espaço segue o princípio da mutabilidade: “[...] a sociedade [...] não é um ser petrificado, mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processos de transformação” (MARX, 1998, p. 18). Com o mesmo raciocínio, Lefebvre (2000) afirma que o espaço, enquanto produto social, intervém no modo de produção e muda com esse modo, isto é, o espaço sofre alterações à medida que a sociedade se transforma. Com isso, dizemos que o espaço é uma realidade objetiva, em permanente transformação. Fora do espaço, a sociedade não pode operar.

Para compreender a relação sociedade-espaço é imprescindível atentar para as categorias processo, estrutura, forma e função (SANTOS, 1997a). Sempre que a sociedade passa por mudanças, por meio de um processo, as formas (objetos geográficos) assumem novas funções, o que causa transformações na organização espacial, ou seja, na estrutura.

O espaço é o resultado cumulativo dos tempos, sendo formado por fatos do passado e do presente. Há espaços em que as inovações (uso de novas técnicas) são aceitas e integradas mais rapidamente e significativamente do que em outros. Isso se deve às diferenças que os espaços apresentam entre si, quanto as suas formas, funções, estruturas e processos.

De acordo com o pensamento de Santos (1997a), a *forma* é o aspecto visível, os objetos criados e recriados pelos homens, portanto, geográficos. A *função* é uma atividade ou tarefa referente a uma ou a um conjunto de formas. Parece difícil conceber forma e função de

maneira isolada e/ou compartimentalizada. A *estrutura* é a inter-relação de todas as partes do todo, isto é, o modo de organização do espaço, que é determinado pelas ações e relações humanas e perpassado pelas várias instâncias da realidade social, como a espacial. E o *processo* é uma ação contínua, implicando mudanças, sendo, em outras palavras, a história posta em tela pelos homens.

Forma, função, estrutura e processo são termos disjuntivos, que podem ser enunciados individualmente com o foco da organização espacial. Contudo, para compreender a totalidade do modo de organização do espaço, é importante considerar essas categorias de maneira inter-relacionada, interagindo concomitantemente no processo de produção e reprodução do espaço (Ibid.).

Em suma, forma, função, estrutura e processo são categorias que representam o verdadeiro movimento da totalidade espacial, nos permitindo fragmentá-la para, em seguida, reconstruí-la e, assim, compreendê-la. Por meio dessas categorias, podemos apreender as marcas da sociedade na natureza e as relações sociais que vêm existindo historicamente. O importante é não trabalhar de maneira compartimentalizada com essas categorias, devido a elas não existirem separadamente.

Explicitado que o espaço não é um mero palco das ações humanas, mas sim uma instância da sociedade, como também que há categorias que necessitam ser trabalhadas em análises do espaço, constituindo, assim, um método de estudo do espaço, é imprescindível trazermos à tona uma definição ao espaço geográfico. Milton Santos faz isso, tomando como fundamento um sistema indissociável de objetos e de ações humanas.

O espaço como um sistema de objetos e ações

Santos (1999) define o espaço geográfico como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. A partir dessa definição, o autor coloca em tela categorias analíticas do espaço: a paisagem; a configuração territorial; a divisão territorial do trabalho; o espaço produzido ou produtivo; as rugosidades; e as formas-conteúdo. O estudo dessas categorias supõe o reconhecimento de alguns processos que originariamente são externos ao espaço: a técnica; a ação; os objetos; a norma; os eventos; a universalidade e a particularidade; a totalidade e a totalização; a temporalização e a temporalidade; a idealização e a objetivação; os símbolos; e a ideologia.

Os homens realizam as suas vidas e, ao mesmo tempo, (re)criam os espaços por meio das técnicas. Essas são um conjunto de meios instrumentais que possibilitam relações entre os homens e a natureza, como também dos homens entre si. Desse modo, podemos dizer que a técnica é um elemento que faz parte do espaço, tanto da sua constituição quanto da sua transformação (Ibid.). A concepção de considerar indissociavelmente técnica e espaço dá vida à noção de meio técnico.

As técnicas permitem a realização das necessidades dos agentes sociais. Desse modo, elas não são inocentes, mas carregadas de ideologia. No período atual, as técnicas vêm sendo dominadas pelos agentes hegemônicos do capital (detentores dos meios de produção, especuladores, autoridades políticas, dentre outros), que buscam utilizá-las na perspectiva de

opor capital-trabalho (SANTOS, 2007). Lefebvre (2000) apresenta esse mesmo pensamento, quando declara que uma das características do capitalismo é a hegemonia de uma classe social, sendo que o espaço serve a essa hegemonia, a qual é exercida por meio de uma lógica marcada por saber e técnicas, que juntos formam um sistema.

De acordo com Santos (1999), as técnicas são datadas e incluem tempo, qualitativamente e quantitativamente. A cada sistema temporal o espaço muda. O trabalho realizado em um dado momento num dado espaço supõe um conjunto historicamente determinado de técnicas. Mudanças nesse conjunto de técnicas ocasionam transformações espaciais.

O espaço pode ser marcado pela presença e uso de técnicas de diferentes momentos (Id., 2007). As técnicas novas são obrigadas a viver junto com as técnicas velhas, isto é, as já existentes. Nessa convivência, momentânea ou duradoura, beneficiam-se, geralmente, apenas os portadores das técnicas hegemônicas. Comumente, as técnicas novas, que são mais interessantes às forças hegemônicas do capital, enfraquecem as velhas, levando até ao seu desaparecimento.

Vale ainda destacar que, segundo Santos (2007), o importante não é a técnica em si, mas sim o fenômeno técnico, isto é, o condicionamento que a técnica impõe ao trabalho. Este é um fazer autorizado pela técnica, a qual é carregada de ideologias e de determinações. Em outras palavras, dizemos que as forças hegemônicas do capitalismo vêm usando as técnicas para exercerem de maneira mais intensa o poder frente aos outros agentes sociais (trabalhadores e excluídos), bem como para manterem as suas lucratividades e os seus potenciais de competitividade.

Ao considerarmos o espaço como um conjunto de sistemas de objetos e de ações, é necessário declarar que esses sistemas são indissociáveis, solidários e contraditórios. Esses não devem ser considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a vida se dá (Id., 1999). Ambos os sistemas interagem: os sistemas de objetos condicionam a maneira como se dão as ações; os sistemas de ações levam à criação de novos objetos ou à transformação de objetos já existentes. Por meio dessa interação, explicitamos a dinâmica do espaço, o qual é transformado constantemente, sob a lógica do capitalismo, que é geradora de contradições e desigualdades.

Santos (Ibid.) fala em sistemas de objetos em função desses não funcionarem isoladamente. O que seria das televisões se não existissem as antenas domésticas que captam os sinais repassados pelas antenas das emissoras televisivas? Como vemos, há necessárias relações de solidariedade organizacional entre os objetos.

De acordo com Santos (Ibid.), os objetos, para os geógrafos, são tudo o que existe na superfície, isto é, toda herança da natureza e todo resultado da ação humana. Os objetos são criados e/ou transformados pelos homens, sendo instrumentos materiais de suas vidas.

No tocante às ações, Santos (Ibid.) declara que os homens são seres de ação, agindo sobre si mesmos, sobre os outros e sobre os diversos elementos da natureza. Só os homens têm ações, devido a terem objetivos e finalidades. As ações humanas decorrem de necessidades que podem ser materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas etc.

Essa discussão de Santos (Ibid.) sobre a questão da ação humana é influenciada pelo pensamento de Sartre (1978), de que o homem define-se como ação e de que a condição primordial da ação humana é a liberdade. A liberdade, para o filósofo francês citado, decorre das escolhas do homem, sendo este inteiramente responsável por aquilo que é. Na mesma perspectiva de pensamento, Arendt (2008, 2006) afirma que a possibilidade que o homem tem de agir, de tomar iniciativas e de implementar novos caminhos lhe atribui o “milagre” da liberdade, que faz com que o homem não precise ser uma simples marionete que é constantemente determinada. O homem é livre, tendo a capacidade de se auto-determinar, por meio de suas ações e de suas escolhas.

Sartre (1978) prossegue seu pensamento defendendo que só há realidade na ação humana. Os homens demonstram quem são e o que pretendem por meio de suas ações e de seus discursos (Ibid.; ARENDT, 2006). O quietismo, segundo Sartre (1978), não condiz com a ação humana e não explica a realidade, mas sim a inércia e o não-movimento que fazem parte da vida dos homens de má-fé. Esses homens se refugiam em desculpas e em determinismos, vivendo sob a mentira e a dissimulação da liberdade humana.

Fazendo uma relação entre objetos e ações, dizemos que os objetos não agem. Contudo, no momento atual, podem ser criados com certos objetivos, finalidades e necessidades, enfim, com certas ações. Em função disso, Santos (1999) afirma que as ações definem os objetos, dando-lhes sentido. Desse modo, defendemos que considerar os objetos e as ações de maneira compartimentalizada não dá conta da realidade. Essas duas categorias devem ser tratadas unitariamente, isto é, de maneira não separada. A realização concreta da história não separa a forma (os objetos) do conteúdo (as ações e funções). Essas categorias só têm valor quando vistas em conjunto. Por isso, o espaço deve ser compreendido como um híbrido, um misto de objetos e ações, de formas-conteúdo (Id., 2004, 1999).

Com a definição de espaço explicitada, podemos agora trazer à tona abordagens sobre a noção de formação socioespacial (Id., 2004, 1979), a qual nos permite compreender que o espaço, sendo uma instância social, está em constante transformação.

O espaço e a noção de formação social

É por meio da formação social que se cria e recria, constantemente, uma estrutura espacial. Esse processo é ancorado nas dimensões econômica, social, política, cultural, dentre outras. A formação social é o instrumento legítimo de explicação da sociedade e do seu espaço (SANTOS, 2004). Esse instrumento é mais do que a expressão econômica da história: é o conceito que abarca a totalidade da vida social (Id., 1979).

Santos (2004, 1979) defende que o estudo da formação social é importante porque leva em conta aspectos concretos (reais) da especificidade da sociedade, isto é, aspectos da sua evolução, da sua situação atual e suas relações internas e externas. Esses aspectos são tomados como uma realidade historicamente determinada, fundada sobre uma base territorial.

Trabalhar com a categoria formação social apresenta, segundo Santos (2004), algumas vantagens: permite-nos fugir de posições metodológicas que consideram a realidade como

fragmentada; conduz-nos a uma análise do espaço que privilegia a totalidade social; possibilita-nos o fato de não considerarmos o espaço e a sociedade como duais, separados; e nos faz recusar a interpretação fetichista que atribui valor às formas por si próprias, desconsiderando a importância dos conteúdos.

É importante lembrar que as formas-conteúdo são criadas em uma dada formação social, levando-se em consideração as necessidades concretas de realização e as características próprias do espaço. Com isso, evidenciamos que o espaço, nesse processo, não é uma simples tela de fundo, inerte e neutro, tendo importância e/ou exercendo influência na criação das formas-conteúdo.

Santos (2004) nos ensina que trabalhar com a noção de formação social é imprescindível aos estudos geográficos, em função de essa categoria possibilitar que seja dada atenção ao estudo das sociedades humanas em sua obra permanente de (re)construção dos espaços através das diversas instâncias da produção. Esse ensinamento pode ser confirmado nas reflexões tecidas por Lefebvre (2000), quando diz que a produção do espaço não se realiza num dia, tratando-se de um processo. Além disso, o sociólogo francês prossegue afirmando que uma revolução social deve envolver uma nova produção do espaço. Em outras palavras, defende que a transformação da sociedade envolve, necessariamente, a metamorfose do espaço.

A formação social é uma totalidade, um sistema que expressa a produção e a reprodução do espaço seguindo as normas fundamentais de um dado modo de produção, ou da passagem de um modo a outro. A análise de uma sociedade só pode ocorrer se suas determinações históricas sucessivas forem consideradas. Somente assim se poderá ter o conhecimento de suas especificidades, dos modos como essa sociedade vem usando o seu território.

Santos (1979, p. 13) declara ser uma necessidade metodológica traçar a distinção entre modo de produção e formação social: “o modo de produção seria o *gênero* cujas formações sociais seriam as *espécies*; o modo de produção seria apenas uma possibilidade de realização e somente a formação econômica e social seria a *possibilidade realizada*” (destaques do autor). Todavia, o mesmo autor diz que não se deve perder de vista o fato de o modo de produção, a formação social e o espaço serem noções interdependentes. Os processos que formam os modos de produção (a produção, a circulação, a distribuição e o consumo) são determinados historicamente e espacialmente em um movimento de conjunto, por meio de uma formação social.

Os modos de produção concretizam-se numa base territorial historicamente determinada. A determinação geográfica dos modos de produção é seletiva, reforçando a especificidade dos espaços. No sistema capitalista, essa especificidade é, muitas vezes, transformada em desigualdade, gerando desenvolvimentos geográficos desiguais (HARVEY, 2004), ou, como queiram, geografias da desigualdade (SOUZA, 2003, 1996). Isso nos faz lembrar o ensinamento de Marx (1998, p. 189): à existência do sistema capitalista é indispensável que haja desigualdades; “onde há igualdade, não há lucro”. Desse modo, podemos destacar que a formação social ajuda a explicar a localização dos homens, das atividades e das coisas nos espaços. Essa localização segue tanto necessidades externas quanto internas.

Também é necessário frisar que os modos de produção expressam-se em “espaços gerais” e as formações sociais em “espaços particulares”. Em outras palavras, dizemos que “os modos de

produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (SANTOS, 1979, p. 15).

Por fim, reforçamos que a noção de formação social é importante para os estudos geográficos. Considerando o espaço como um fato histórico, afirmamos que para que haja a sua compreensão é necessário atentar para a história da sociedade organizando o seu espaço, isto é, construindo-o e reconstruindo-o (Id., 2004, 1999, 1997). Não há história que possa ser escrita fora do espaço, e não há sociedade a-espacial. Daí podermos denominar essa noção de “formação socioespacial” (Id., 1979).

Contudo, é necessário que se diga que a denominação “formação socioespacial” só deve ser usada quando se analisar a formação social de Estados-Nação. Quando a análise for referente às escalas regional, estadual ou municipal pode-se usar a denominação “formação territorial”⁴.

Após essas abordagens sobre o espaço geográfico, nas quais procuramos entendê-lo como uma instância da sociedade, sendo marcado por objetos e ações e (re)produzido constantemente, podemos, agora, colocar em tela reflexões sobre o conceito de território usado, tomando como fundamento básico as concepções de Santos (2007, 1996) e de Santos e Silveira (2001).

O território usado

No âmbito da ciência geográfica há várias compreensões acerca do conceito de território, como as de Ratzel (1990), Raffestin (1993) e Sack (1986). Neste trabalho, procuramos nos embasar na concepção de território usado, proposta pelo professor Milton Santos. Por meio dessa concepção, procuramos analisar o nosso referencial empírico: o Agreste Potiguar.

O território é uma forma impura, um híbrido, que constantemente é alterado. O que vale numa análise social não é o território em si, mas o seu uso. O território por si só constitui-se apenas de formas. Assim como a natureza em si mesma é apenas a forma de seu ser-outro (o homem), sendo privada de sentido e, por isso, devendo ser superada (MARX, 1978), o território, por si próprio, não é interessante para as análises geográficas, mas sim o uso que se faz dele. O território usado é perpassado por objetos e ações, sendo sinônimo de espaço habitado, de espaço humano⁵ (SANTOS, 1996).

⁴ Santos (1979) declara que a noção de formação socioespacial não pode ser usada na análise de qualquer forma de sociedade. Na ocasião do XV Encontro Nacional de Geógrafos, realizado em São Paulo, em julho de 2008, conversamos acerca dessa declaração de Milton Santos com a professora Maria Adélia de Souza. Nessa conversa, a professora nos disse que ao analisarmos uma pequena escala espacial podemos usar a denominação “formação territorial”, guardando a denominação “formação socioespacial” para a escala do Estado-Nação.

⁵ Alguns geógrafos, como Raffestin (1993), buscam diferenciar espaço e território, considerando o espaço como algo natural, isto é, como o palco em que as atividades humanas são desencadeadas; e o território como o espaço construído por meio das ações dos homens. Contudo, concordamos com Santos (2007) quando ele afirma que essa discussão não é substantiva para o avanço da Geografia. O importante, segundo ele, é discutirmos o fato de a sociedade exercer constantemente um diálogo com o território, diálogo esse explicitado por meio do uso do território, isto é, por meio das coisas naturais e artificiais, das heranças sociais, da sociedade em seu movimento atual. Se quisermos “diferenciar” espaço e território, seguindo as concepções miltonianas, podemos considerar

O território na atualidade não pode mais ser analisado sob a lógica da individualidade dos lugares. Nos dias de hoje, a realidade aponta para a lógica da interdependência universal dos territórios. Nesse cenário, há um instrumento que possibilita o contato de diversos territórios ou de diversas partes de um território: a informação. Além desse instrumento, o uso do território no momento atual, de acordo com Santos (2003, 1997b, 1996), atribui cada vez mais relevância ao papel da técnica e da ciência, formando, assim, o meio técnico-científico-informacional.

No contexto da globalização, o conceito de território usado tem a sua importância ampliada (Id., 2007). Nesse contexto, o uso do território é imprescindível para que as premissas dominantes (calcadas no lucro, acima de tudo) sejam colocadas em tela significativamente. Hoje, os territórios são usados por diferentes agentes dominantes da globalização, os quais revelam, por meio do uso do território, distintas lucratividades e potencialidades para a competitividade deles entre si e com outros agentes sociais.

O território vem sendo usado de diversas maneiras em que tem havido praticamente o privilégio das forças hegemônicas do sistema capitalista. O Estado, desse modo, geralmente apresenta-se como mero coadjuvante, atuando, muitas vezes, como testemunha no processo de uso corporativo do território (SANTOS, 2007). Com isso, o território, sob o jogo de interesses individualistas e conflitantes dos agentes dominantes, acaba sendo usado e ordenado de acordo com a lógica das desigualdades, contradições e combinações, tornando-se, assim, fragmentado.

A realidade mundial revela um conflito que se agrava no momento atual: o conflito entre o território local e o território global (Id., 1996). Este é comandado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico que é propagado a outros territórios por meio de objetos e normas. Aquele é o território vivido pelos vizinhos, o território de todos, que, muitas vezes, contrapõe-se à lógica da racionalidade do capital dominante. É importante, segundo os pressupostos miltonianos, investir, desse modo, no território banal, isto é, no território de todos, contido nos limites do trabalho dos homens em geral.

O Estado como representante de toda a sociedade vem sendo enfraquecido pelas forças do mercado, em um processo que vem distanciando técnica e política (Id., 1997b). Em função disso, as grandes contradições de nosso tempo passam pelo território usado. Esse, na democracia do mercado, é usado para colocar em tela regras, normas e verticalidades egoístas, que buscam enfraquecer, para assim dominar, as horizontalidades e os seus agentes. Sendo assim, Santos (1996) afirma que o território é a arena em que há o conflito e a oposição entre as forças do mercado (hegemônicas) e os agentes da sociedade civil (hegemonizados). Com outras palavras, Lefebvre (2000) coaduna com esse pensamento, afirmando que a organização do espaço reflete o conflito de classes, ou seja, que é na (re)produção do espaço que as classes sociais se investem e travestem.

que aquele seria o objeto de estudo da Geografia, sendo uma instância social, portanto, um conceito abstrato; já este seria a explicitação daquele, ou seja, o espaço marcado concretamente pelo trabalho humano, pelas relações históricas dos homens entre si e com o meio circundante.

Fazendo um esforço de definição, podemos dizer que o território é a dimensão do espaço marcada pela ideia de domínio, apropriação (SANTOS, 1996). Essa dimensão liga-se à categoria poder⁶, que pode ser exercida tanto pelo Estado e pelas grandes empresas, quanto pela sociedade civil. O território não deve ser entendido apenas como um limite político-administrativo, mas também como um espaço que é usado pela sociedade, pelo poder público e pelas empresas. O território, pois, tem importância na formação social dos povos. Tomando de empréstimo as concepções de Arendt (2008), ratificamos essa importância do território dizendo que o mundo é constituído por concretudes que devem suas existências aos homens, mas que também condicionam seus autores humanos.

Com essa definição, podemos discordar daqueles que como Brito (2005), afirmam que a proposta de considerar o território a partir do seu uso não contempla as relações de poder. Essa afirmação nos parece estranha e equivocada, pois, quando consideramos o território como sinônimo de espaço humano, estamos entendendo-o como o produto das relações históricas dos homens entre si e com o meio circundante. Essas relações são permeadas por diferentes interesses, necessidades e ações de diferentes classes e segmentos sociais. Desse modo, são relações de poder, que são explicitadas nos diferentes usos do território.

A atualidade coloca em tela a necessidade de se refletir sobre os diferentes territórios, para, assim, buscar compreendê-los. O momento atual é marcado pelas globalizações (inter-relações, sobretudo as econômicas) e pelas fragmentações (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1996), as quais, geralmente, apresentam-se concomitantemente, o que torna imperioso o conhecimento e a compreensão dos diferentes usos dos territórios.

Nesse contexto de globalizações e de fragmentações, o território vem sendo usado tendo como principal premissa “as necessidades do mercado”. Em outras palavras, dizemos que “o capital é a força econômica da sociedade [...]”. Constitui necessariamente o ponto de partida e o ponto de chegada [...]” (MARX, 2003a, p. 257). Isso faz com que as realidades espaciais sejam marcadas intensivamente por desigualdades. Há, desse modo, territórios da densidade e da rarefação, da fluidez e da viscosidade, da rapidez e da lentidão, da luminosidade e da opacidade, assim como os territórios que mandam e os que obedecem (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

⁶ Segundo Foucault (2001), o poder não é um objeto que se possui, mas sim relações que atingem a realidade dos indivíduos. O poder não é possuído, mas sim exercido, se fazendo presente nas micro-escalas. Desse modo, é inteiramente possível que a classe dos trabalhadores exerça o poder, até mesmo de maneira soberana. Além disso, Gomes (2002, p. 139), defende que o poder está estritamente ligado a um plano espacial, isto é, a um território: “acreditamos [...] que o poder, sua conquista, seu exercício e sua configuração estão sempre associados ou rebatidos sobre um plano espacial. Assim, pactos político-sociais constituem sempre, em qualquer nível que se considere, local, regional ou global, reestruturas no arranjo espacial daquela sociedade, e o conceito geográfico que incorpora essa reflexão é o conceito de território”.

Ainda sobre a questão do poder, Arendt (2008) o caracteriza como a condição humana da pluralidade, diferenciando-o da força, que seria a condição humana da violência. O poder se expressa na relação dos homens, não existindo, assim, poder sem que um povo ou um grupo de pessoas o legitime (Ibid.). Desse modo, pode-se considerar o poder como sinônimo de liberdade (ARENDRT, 2006). Já a força é posta em tela por um homem, que pode ser chamado de tirano. A força pode destruir o poder, mas nunca substituí-lo. Assim sendo, considera-se a força como sinônimo de domínio e de violência (Ibid.).

Refletindo sobre o território brasileiro, Santos e Silveira (2001) afirmam que este é marcado por zonas de densidade e zonas de rarefação. Há partes do território que são perpassadas por densidades de coisas, objetos, homens; movimento de coisas, de homens, de informações e de dinheiro, assim como de ações. Em contrapartida, há também outras partes do território nacional em que essas densidades, até o momento atual, não foram implementadas, podendo, dessa maneira, serem chamadas de zonas de rarefação.

Há territórios que se distinguem de outros devido a possibilidades abertas à fluidez. Essa fluidez se dá por meio da instalação de equipamentos (fixos) que proporcionam as circulações de homens, produtos, mercadorias, dinheiro, informações, ordens etc. (Ibid.).

Os territórios marcados por um vasto número de vias de boa qualidade, de veículos privados (modernos e velozes), de transportes públicos (com horários frequentes) são os territórios da rapidez (Ibid.). Do ponto de vista das relações sociais, esses territórios são aqueles em que a vida de relações é maior, decorrente de atividades econômicas e de respostas às necessidades de circulação longínquas.

Aqueles marcados por densidades técnicas e informacionais, ficando, com isso, aptos a atraírem atividades com grande conteúdo de capital, tecnologia e organização, podem ser chamados de luminosos (Ibid.). Esses territórios, por vezes, se tornam ingovernáveis, em função da subordinação que possuem em relação aos interesses hegemônicos empresariais.

Além disso, também podemos afirmar que existem territórios que mandam e outros que obedecem. Contudo, devemos saber que o comando e a obediência resultam de várias condições, e não de uma ou outra tomada isoladamente. Não podemos declarar, de maneira generalizante, que os territórios que mandam são sempre os fluídos (Ibid.).

Várias das desigualdades territoriais que marcam o território nacional são implementadas e/ou intensificadas por meio das ações do Estado. Harvey (2005) nos ensina que, na sociedade capitalista, o Estado pode ser compreendido como um instrumento para a dominação de classe, sendo controlado, predominantemente, pelos indivíduos que constituem as classes hegemônicas. Essa mesma defesa é realizada por Silva (1991, p. 71), no momento em que afirma: “sua função [do Estado] é assegurar o bem-estar dos poderosos e ludibriar a nação como um todo, com a aplicação de medidas enganadoras, que só na aparência se voltam para as causas populares”. Sendo um instrumento que tem como principal escopo manter a dominação de determinadas classes sobre outras, o Estado necessita de um sistema legal que ancore suas ações, as quais, geralmente, reforçam as características desiguais que marcam a realidade social, perpetuando, assim, o sistema econômico vigente. Em suma, dizemos que “o Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho. Se fosse diferente, o capitalismo não se sustentaria por muito tempo” (HARVEY, 2005, p. 84).

O Estado, no momento atual, perde parcela importante de suas funções e de sua força social, mas é, sem dúvida nenhuma, um instrumento indispensável, sobretudo para a efetivação das necessidades dos agentes hegemônicos do capital. As ações do Estado são sumamente importantes ao funcionamento eficaz do sistema capitalista. O Estado age na implementação

das inovações nos territórios e na criação de condições de sucesso dos investimentos, sobretudo os dos grandes capitais; busca assegurar aos grandes capitais os benefícios maiores e os riscos menores; e propaga ou até mesmo cria uma ideologia de modernização, de esperanças que se tornam falsas frente à realidade vivida pela maioria da sociedade. “Neste mundo de contradições aguçadas, a proliferação de Estados é uma necessidade e um desejo do imperialismo para sua expansão na fase atual, de vez que ele utiliza e institucionaliza todo tipo de penetração” (SANTOS, 2004, p. 223).

Nos países subdesenvolvidos, o Estado deve ancorar suas atividades em uma situação de dependência econômica em relação aos países desenvolvidos: “[...] é com base em uma exploração sem limites dos países pobres que os países desenvolvidos podem responder às demandas de seus trabalhadores [...]” (Ibid., p. 224).

Todavia, é mister ter a consciência de que cabe ao Estado decidir sobre o grau e a maneira de abertura do território à entrada dos capitais, das inovações e interesses externos. O Estado pode ser cúmplice desses interesses, como também pode oferecer resistências, visando atender a interesses internos. As ações do Estado podem ser direcionadas para o atendimento das necessidades de ordem local, regional, nacional e internacional. Essas ações levam em conta dados conjunturais, atentando-se para a situação mundial, nacional, regional etc.

Na mesma linha de pensamento, Graziano da Silva (2003), referindo-se ao setor agrícola, diz que o Estado não pode continuar sendo apenas um mediador dos conflitos de interesses entre os agentes hegemônicos e os hegemonzados, por vezes se omitindo de uma luta que segue as regras do mercado e que, na maioria das vezes, é vencida de maneira avassaladora pelos primeiros. O Estado pode sim participar efetivamente dessa luta, colocando em tela regras e normas que favoreçam todos os agentes sociais, sem exceções (HARVEY, 2005).

Com isso, afirmamos que mesmo sabendo que o Estado na atualidade encontra-se preso aos interesses do capital dominante, não podemos perder de vista o fato de ele permanecer “[...] como a única organização capaz de se opor a essa ou aquela forma de realização das forças externas” (SANTOS, 2004, p. 230). O Estado não deve ser um intermediário passivo entre as forças externas e os territórios chamados a repercutir localmente essas forças. As suas ações podem sim privilegiar os interesses internos. Com esse mesmo pensamento, Marques (2004, p. 52) diz que “o caminho não está pronto, é preciso que o Estado assuma a liderança em sua construção”. Destarte, também podemos colocar em tela as palavras de Kautsky (1980, p. 325), as quais foram explicitadas em sua primeira edição no início do século XX, num contexto em que revoluções sociais caminhavam para a efervescência. Essas palavras evidenciam a importância do Estado em processos de revolução social:

o poderio do Estado deverá ser precisamente a alavanca mais poderosa da revolução social. Mas esta revolução a rigor, não significa absolutamente a *estatização*, mas apenas a *socialização* do conjunto da produção e dos meios de produção. Estes passarão de propriedade privada a propriedade social (destaques do autor).

Por fim, afirmamos que o território pode ser considerado sob uma dupla face: a do poder e a da ação. O território é a dimensão do espaço marcada por relações de poder. Essas relações se explicitam através do uso do território, isto é, através das ações humanas. Não podemos

esquecer que, usando o território, os homens criam e recriam objetos. Isso nos remete à definição do espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de ações (SANTOS, 1999).

O território usado é síntese histórica de investimentos sociais e condição da práxis criadora. O uso do território faz com que esse não seja apenas condição de ação tática e estratégica, mas também uma dimensão da experiência humana.

O USO ATUAL DO TERRITÓRIO DO AGRESTE POTIGUAR

Quando falamos em uso atual do território Agreste Potiguar estamos nos referindo a como os agrestinos estão sobrevivendo e assim reproduzindo o seu território, por meio de atividades econômicas e de relações sociais. Vale dizer que o Agreste Potiguar (figura 01) é constituído por 22 municípios, a saber: Riachuelo, Santa Maria, Ielmo Marinho, São Pedro, São Paulo do Potengi, Senador Elói de Souza, Bom Jesus, Vera Cruz, Presidente Juscelino, Januário Cicco, Monte Alegre, Lagoa Salgada, Lagoa de Pedras, Brejinho, Serrinha, Passagem, Várzea, Santo Antônio, Lagoa d'Anta, Passa e Fica, Nova Cruz e Jundiá.

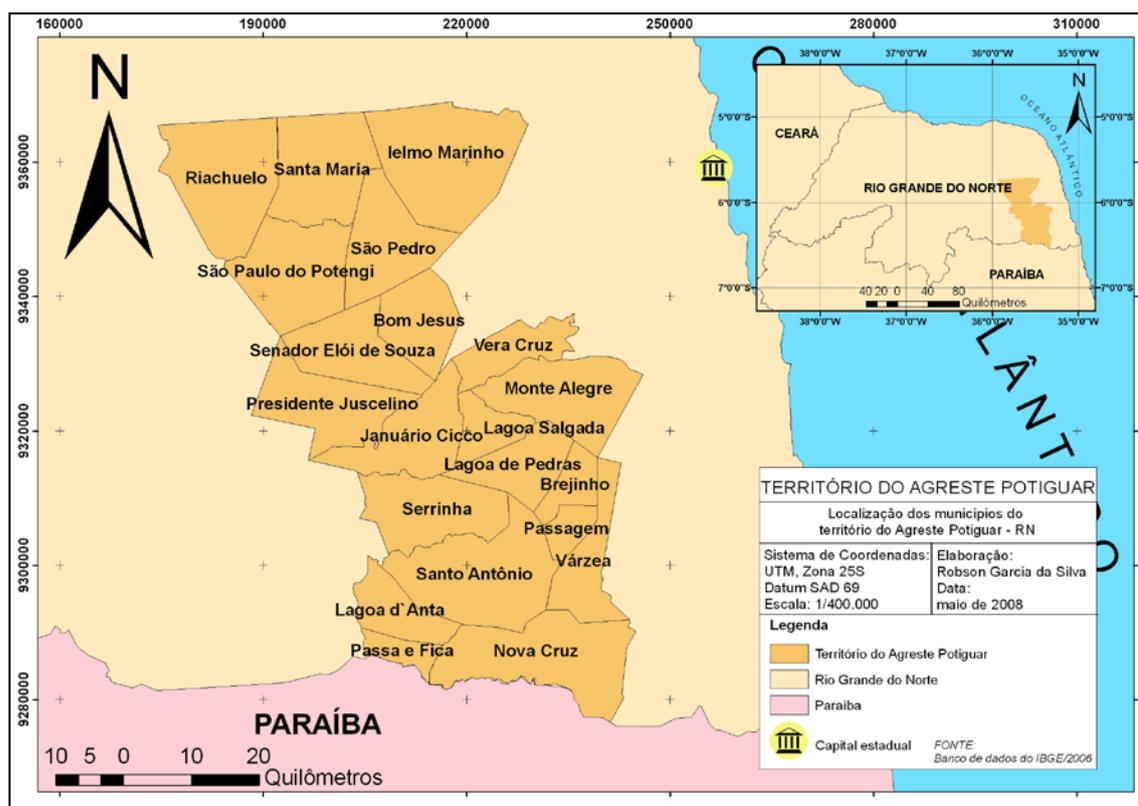


Figura 01: Território do Agreste Potiguar no âmbito do Rio Grande do Norte
 Cartografia: Robson Garcia da Silva, 2008.

Até meados do século XX, esse território foi produzido, predominantemente, por meio das atividades da pecuária, da cotonicultura e das culturas de subsistência (MELO, 1980). Essas atividades eram desencadeadas sem a utilização intensa de inovações tecnológicas, seguindo, na maioria das vezes, preceitos culturais e não técnicos. É o caso da produção de farinha, que, anteriormente, ocorria no território em questão por meio das farinhadas, um processo com grande conteúdo cultural, no qual famílias amigas se ajudavam na fabricação da farinha, gênero alimentício importantíssimo para a subsistência do homem nordestino, especificamente o agrestino. As técnicas utilizadas na fabricação da farinha eram “tradicionais”, isto é, movidas à força humana, não sendo marcadas pela ideologia capitalista de aumentar ao máximo e no menor tempo possível a lucratividade do detentor dos meios de produção. Nesse processo cultural não havia exploração do trabalho, mas sim relação de compadrio entre membros de famílias amigas.

Nesse cenário pretérito do território do Agreste Potiguar, os agentes hegemônicos do capital eram os latifundiários, que tinham a posse da terra, elemento importantíssimo para a sobrevivência dos trabalhadores; e as autoridades políticas, que procuravam sempre colocar em baila ou facilitar o atendimento das suas próprias necessidades e das dos latifundiários. Vale frisar que, por vezes, as autoridades políticas eram os próprios latifundiários. Os agentes hegemônicos eram os trabalhadores, que, geralmente, sem a posse da terra e as condições propícias para cultivá-la, quando tinham um “pedaço de terra”, submetiam-se, comumente, aos ditames dos agentes hegemônicos, sobrevivendo, assim, de maneira precária.

A partir de meados do século XX, intensivamente a partir da década de 1970, é implementado o processo de reestruturação da economia potiguar (GOMES, 1998). Nesse processo, economias tradicionais, como a da cotonicultura, entram em decadência, devido a conjuntura internacional, e novas economias (como a da fruticultura irrigada, no Vale do Açu), calcadas em inovações tecnológicas, na exploração do trabalho e no aumento incessante do lucro para os detentores dos meios de produção, são trazidas à tona.

Nesse contexto, o uso do território do Agreste Potiguar passa a sofrer transformações. Inovações tecnológicas são implantadas em atividades que anteriormente eram desencadeadas de modo tradicional, como a pecuária e a cultura e transformação da mandioca. Isso coloca em tela um processo de modernização alicerçado em técnicas modernas, que proporcionem lucros rápidos aos seus detentores, e na intensa exploração do trabalho. A produção de farinha, nos dias atuais, é feita em casas de farinha mecanizadas ou em indústrias de farinha, concentradas, na sua maioria, nos municípios de Vera Cruz e Brejinho. A relação de trabalho que perpassa essa produção é ditada pela lógica capitalista, sendo que os trabalhadores devem seguir as normas estabelecidas pelos seus patrões. A norma principal é produzir incessantemente, visando gerar no menor tempo a maior lucratividade possível. Em visitas realizadas a casas ou indústrias de farinha do Agreste Potiguar, nos deparamos com trabalhadores que mantinham jornadas de trabalho superior a 12 horas diárias, recebendo por isso valores inferiores a um salário mínimo mensal.

Os agentes hegemônicos do capital, nesse novo cenário, são os detentores dos meios de produção, que submetem os trabalhadores aos seus anseios; os latifundiários, que continuam mantendo a posse da terra, deixando a maioria dos trabalhadores sem ter a possibilidade de

cultivar seus próprios alimentos e algum excedente para a comercialização; e as autoridades políticas, que continuam a imprimir no território, predominantemente, as necessidades dos agentes hegemônicos. Os trabalhadores prosseguem como os agentes hegemonzados, continuando a sobreviver em situações precárias de vida.

Dados do IBGE (2007) revelam a estrutura econômica do território do Agreste Potiguar. Apontam que as lavouras permanentes dos municípios agrestinos, em 2005, eram marcadas pelos seguintes produtos: castanha-de-caju, coco-da-baía, goiaba, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, banana, abacate, algodão herbáceo, feijão, mandioca e milho. Em relação a esses produtos, damos destaque à castanha-de-caju, que é produzida em todos os municípios agrestinos, e ao coco-da-baía e à manga, que são produzidos em quase todos os municípios. A castanha-de-caju é beneficiada em indústrias, as quais se fazem presentes, por exemplo, em São Paulo do Potengi.

Em relação à lavoura temporária, produziram-se, em 2005, os seguintes itens: algodão herbáceo, batata-doce, feijão, bagaço da mamona, mandioca, milho, sorgo granífero em grão, fava, abacaxi (com destaque para Ielmo Marinho), cana-de-açúcar (com destaque para Brejinho) e tomate (IBGE, 2007). De todos esses produtos, o que apresentou a maior produção em toneladas foi a mandioca, a qual se faz presente nas lavouras temporárias de todos os municípios do Agreste Potiguar. Destacamos que a atividade mandioqueira vem sendo modernizada no Agreste Potiguar, a partir de transformações técnicas e nas relações de trabalho, que causam também modificações na organização da atividade no território.

Ainda sobre a lavoura temporária, é imprescindível apontar para dois produtos que são produzidos em todos os municípios agrestinos: o feijão e o milho. Faz parte da cultura agrestina o plantio desses itens no momento em que ocorrem as chuvas do “inverno”. O feijão e o milho, desse modo, representam bastante a subsistência das famílias dos homens que plantam os roçados no Agreste. Contudo, não podemos deixar de dar destaque às culturas de feijão irrigado que existem no território, como em Vera Cruz, as quais têm como principal objetivo o abastecimento de mercados norte-rio-grandenses.

A pecuária também se apresenta no quadro das atividades econômicas atuais do Agreste Potiguar. A criação de gado, sobretudo o leiteiro, apresentou, em 2005, destaque em Ielmo Marinho (16.295 cabeças de gado), Monte Alegre (15.600 cabeças de gado) e Nova Cruz (14.008 cabeças de gado), sendo que, nesse ano, 172.299 cabeças de gado eram criadas no Agreste (IBGE, 2007). Esse gado é criado com o principal objetivo da geração do leite para o abastecimento de mercados potiguares, principalmente, o natalense. Para isso, a pecuária atual do Agreste Potiguar é marcada pelo uso de técnicas modernas, o que proporciona a produção de leite pasteurizado e de derivados (iogurte e queijo, por exemplo) de alta qualidade, de acordo com os padrões industriais. Segundo dados do IBGE (2007), foram produzidos, em 2005, 35.406 milhões de litros de leite no Agreste, com destaque para os municípios de Monte Alegre (4.851 milhões de litros), Serrinha (3.834 milhões de litros), Bom Jesus (3.249 milhões de litros), Nova Cruz (2.468 milhões de litros) e Ielmo Marinho (2.290 milhões de litros).

Entretanto, a pecuária agrestina na atualidade não é perpassada apenas pela criação de gado leiteiro. A avicultura é uma atividade que vem se destacando nos últimos anos. Nos

municípios de Januário Cicco, Vera Cruz, Monte Alegre, Lagoa de Pedras, Brejinho, Serrinha, Passagem, Várzea, Lagoa d'Anta, Passa e Fica, dentre outros, os números de cabeças de frango supera os de cabeças de gado. A avicultura agrestina é realizada com o objetivo de abastecer com carne de frango os mercados locais e outros estaduais, como o natalense, bem como participar da subsistência de muitas famílias agrestinas.

No tocante à estrutura empresarial do Agreste Potiguar, em 2004, informações do IBGE (2007) mostram a existência dos seguintes ramos empresariais no território: a) agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; b) indústrias de transformação; c) produção e distribuição de eletricidade, gás e água; d) construção; e) comércios; f) alojamento e alimentação; g) transporte, armazenagem e comunicações; h) intermediação financeira; i) administração pública, defesa e seguridade social; j) educação; l) outros serviços coletivos, sociais e pessoais; m) indústrias extrativas; n) pesca; o) saúde e serviços sociais; e p) atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas. Desses ramos empresariais, podemos dizer que aquele que apresenta considerável destaque em todos os municípios agrestinos é o dos comércios.

Os comércios, sobretudo os de pequeno porte, se fazem presente em todos os municípios agrestinos, sendo de suma importância para as suas economias. É por meio desses comércios que são gerados alguns empregos aos habitantes agrestinos; é nos pequenos comércios que muitas famílias garantem o seu sustento; além de os habitantes dos municípios do Agreste Potiguar, por meio dos comércios, poderem ter acesso a vários produtos de que necessitam, eliminando muitas vezes a necessidade de se deslocarem para localidades distantes, como a capital do Estado.

Por fim, apontamos para as ações estatais, sobretudo as do poderio municipal, como sendo fundamentais para o uso do território do Agreste Potiguar na contemporaneidade. Defendemos que a dimensão política é muito importante para compreendermos o território agrestino na atualidade. Podemos declarar que vários municípios do Agreste são marcados por velhas oligarquias políticas, as quais, por meio de seus pensamentos e de suas ações predominantemente individualistas, atuam na geração e/ou na intensificação de várias das problemáticas sociais, econômicas e ambientais que perpassam o território em estudo. Alguns municípios desse território são, atualmente, geridos por novas forças políticas, que, na verdade, vêm perpetuando as velhas formas de governar e de “fazer política”. São novos gestores que mantêm a velha estrutura política, calcada na não-participação popular e no atendimento de interesses individualistas. Assim, a maioria da sociedade permanece presa às amarras estabelecidas pelos velhos interesses dominantes.

Analisando a estrutura contemporânea do território do Agreste Potiguar, Costa (2005) e Gonçalves (2005) caracterizam esse território como sendo marcado pela pobreza e pela estagnação econômica. De fato, a maioria da população do Agreste Potiguar vive em situação de pobreza, segundo dados do IDEMA (2008), o que pode ser compreendido a partir do conhecimento de que há forças hegemônicas no território em questão que propagam meramente seus interesses no uso desse, negligenciando os anseios da maioria das pessoas. Contudo, não podemos concordar com a caracterização que considera o Agreste Potiguar como um território estagnado economicamente, tendo sido esquecido pelo capital no processo de reestruturação da economia potiguar. Vimos que existem novas atividades econômicas no

Agreste, as quais são perpassadas por inovações técnicas e por exploração do trabalho, seguindo a lógica capitalista geradora de desigualdades, de contradições e de combinações.

Portanto, o uso atual do território do Agreste Potiguar não é marcado por estagnação econômica, mas sim pela precariedade de situação de vida da maioria dos agrestinos. Isso devido a esse uso vir acontecendo por meio de um processo que tem como principal fundamento as premissas dos agentes hegemônicos. Desse modo, fica explícita a necessidade de a sociedade agrestina buscar um outro(s) uso(s) para o seu território, no qual os anseios dominantes sejam aqueles que proporcionem o bem-estar social coletivo e não o aumento e/ou a geração de desigualdades.

Em outras palavras, afirmamos que sabendo que toda revolução social tem como condição a metamorfose do espaço em que esta se dá (LEFEBVRE, 2000), asseveramos que é urgente que os trabalhadores do Agreste Potiguar se unam em torno de um objetivo comum: usar o seu território tendo como pilar fundamental a satisfação das necessidades coletivas, isto é, o bem-estar social de todos. É urgente que o território em tela seja reproduzido tomando como principal fundamento a consideração das necessidades de todos os agrestinos, e não o privilégio dado meramente aos anseios de uma minoria dominante.

REFERÊNCIAS

1. ARENDT, H. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
2. _____. O que é política? Tradução de Reinaldo Guarany. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
3. BRITO, C. Algumas observações sobre o conceito de território. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v. 11, n. 2, p. 115-131, jul./dez. 2005.
4. COSTA, A. A. Desenvolvimento local: gestão do território em pequenas cidades do Agreste Potiguar. *Sociedade e Território*, Natal, v. 17, n. 1-2, jan./dez. 2005.
5. FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2001.
6. GOMES, R. de C. da C. Fragmentação e gestão do território do Rio Grande do Norte. 1998. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, São Paulo.
7. GONÇALVES, F. E. Cidades pequenas, grandes problemas: perfil urbano do Agreste Potiguar. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
8. GRAZIANO DA SILVA, J. *Tecnologia e agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
9. HARVEY, D. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
10. _____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

11. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades: Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/>>. Acesso em: 11 out. 2007.
12. INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DO MEIO AMBIENTE DO RIO GRANDE DO NORTE (IDEMA). Perfil dos municípios do Agreste Potiguar. Disponível em: <http://www.rn.gov.br/secretarias/idema/perfil_municipio.asp>. Acesso em: 21 mai. 2008.
13. KAUTSKY, K. A questão agrária. Tradução de C. Iperoig. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
14. LEFEBVRE, H. La production de l'espace. Tradução do Grupo "As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea", do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. 4ª Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
15. MARQUES, M. I. M. A questão agrária hoje e os desafios do Governo Lula. Revista Agrária, São Paulo, n. 1, pp. 37-54, 2004.
16. MARX, K. ; ENGELS, F. A ideologia alemã: Feuerbach. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Hucitec, 1999.
17. MARX, K. Contribuição à crítica da economia política. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.
18. _____. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Traduções de José Carlos Bruni et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
19. _____. O capital: crítica da economia política. Livro 01. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
20. _____. O dezoito brumário de Louis Bonaparte. Tradução de Silvio Donizete Chagas. São Paulo: Centauro: 2003b.
21. MELO, M. L. de. Os Agrestes: estudo dos espaços nordestinos do sistema gado-picultura de uso de recursos. Recife: SUDENE, 1980.
22. RAFFESTIN, C. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.
23. RATZEL, F. Geografia do homem: antropogeografia. Tradução de Fátima Murad. In: MORAES, A. C. R. (org.) Ratzel. São Paulo: Ática, 1990. p. 32-107.
24. SACK, R. D. Human territoriality: its theory and history. Tradução de páginas diversas, isoladas. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
25. SALES, T. Agreste, Agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências, 1982.
26. SANTOS, M. ; SILVEIRA, M. L. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
27. SANTOS, M. ; SOUZA, M. A. A. de. ; SILVEIRA, M. L. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1996.

28. SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.
29. _____. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1997a.
30. _____. Espaço e sociedade: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.
31. _____. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
32. _____. O retorno do território. In: SANTOS, M. ; SOUZA, M. A. A. de. ; SILVEIRA, M. L. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1996. p. 15-20.
33. _____. Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
34. _____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.
35. _____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1997b.
36. _____. Território e sociedade: entrevista com Milton Santos. Entrevistadores: Odete Seabra, Mônica de Carvalho e José Corrêa Leite. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.
37. SARTRE, J. P. O existencialismo é um humanismo. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
38. _____. Questão de método. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
39. SILVA, L. R. A natureza contraditória do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 1991.
40. SOUZA, M. A. A. de. (org.) Território brasileiro: usos e abusos. Campinas: Edições Territorial, 2003.
41. _____. Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação. In: SANTOS, M. ; SOUZA, M. A. A. de. ; SILVEIRA, M. L. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, ANPUR, 1996. p. 21-28.